

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE**
2 **INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA**
3 **NO DIA DEZESSETE DE OUTUBRO DE 2016, NA SEDE DA AGEVAP, EM RESENDE – RJ.** Aos
4 dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, instalou-se a 2ª Reunião ordinária da Câmara Técnica
5 Consultiva (CTC) do CEIVAP, em Resende/RJ, com a **presença dos seguintes membros:** Minas Gerais –
6 Maria Aparecida Vargas (ENERGISA), Eduardo Araújo (IGAM), Deivid Oliveira (FIEMG), João Emídio
7 (IAVARP); Rio de Janeiro – Samuel Muylaert (INEA), Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!),
8 Antonio Carlos Simões (CSN), Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Zeila Chittolina Piotto
9 (CIESP Taubaté), Luiz Roberto Barretti (ABES/SP), Sérgio Ferreira (SABESP), Tereza Cristina Brazil
10 (EEL/USP), Rutnei Morato Erica (SOAPEDRA); **dos seguintes convidados:** João Gomes (CBH-BPSI),
11 Marilda Silva (IAVARP), Elias Adriano (ADCM Queluz), Celso Avila (COHIDRO), Rodolpho Ramina
12 (COHIDRO), Luiz Paulo Viana (COHIDRO), José Augusto Castro (COHIDRO), Juliana Fernandes
13 (AGEVAP), Cristina Rimis (AGEVAP), André Marques (AGEVAP), Aline Alvarenga (AGEVAP), Gabriela
14 Andrade (AGEVAP), Daiane dos Santos (AGEVAP); **para tratar da seguinte pauta:** 1 – Aprovação das atas
15 das reuniões anteriores; 2 – Análise da minuta de Deliberação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do
16 CEIVAP e proposta de encaminhamentos para definição dos critérios de aplicação de recursos; 3 -
17 Apresentação do prognóstico – Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; 4 -
18 Assuntos Gerais e 5 – Encerramento. **ITEM 1: Aprovação das atas das reuniões anteriores** – Ata da 1ª
19 Reunião Ordinária da CTC em 30 de agosto de 2016 aprovada. **ITEM 2: Análise da minuta de Deliberação**
20 **do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) do CEIVAP e proposta de encaminhamentos para definição dos**
21 **critérios de aplicação de recursos** – A Sra. Zeila Piotto (CIESP) deu início a reunião fazendo a leitura dos
22 encaminhamentos da reunião anterior - 4ª Reunião Extraordinária da CTC (06/10/2016) e propôs e foi aceito
23 pelo grupo que a CTC consolide em um Parecer todos os comentários já feitos em relação ao PAP nas reuniões
24 anteriores. Além deste aspecto, tendo em visto os prazos existentes para aprovação do PAP e a necessidade de se
25 consolidar os critérios de habilitação, hierarquização e de contrapartidas, foi proposto pela Coordenadora e
26 aceito pelo grupo que conste da deliberação que a AGEVAP deverá elaborar e propor os critérios para tal. E no
27 caso das ações previstas para pagamento por serviços ambientais, que estes critérios sejam feitos de forma
28 articulada com o grupo de trabalho que trata de PSA. **ENCAMINHAMENTOS - Que a CTC faça um parecer**
29 **sobre o PAP, consolidando tudo o que foi discutido e proposto no âmbito da Câmara Técnica.**
30 **ENCAMINHAMENTOS – Inserção na deliberação que aprova o PAP que as propostas de critérios de**
31 **hierarquização deverão ser elaboradas pela AGEVAP no prazo de 120 dias e que os critérios do PSA deverão**
32 **ser definidos com o Grupo de PSA.** A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que conversou com o gerente da CETESB
33 e foi lembrado que, o Comitê PCJ contratou um trabalho como esse há 2 anos e até hoje esses dados não
34 puderam ser usados; e que isso reforça o entendimento de que não é possível realizar um trabalho desses sem o
35 envolvimento dos órgãos gestores. Destacou para o Sr. André Marques (AGEVAP) que, além de consolidar o
36 edital em si, com as sugestões dos órgãos gestores, também é importante colocar as justificativas. Ressaltou que
37 dentro do Pró-gestão os estados têm obrigação de monitoramento e sugeriu que o ato convocatório seja
38 interrompido até que seja feita a consolidação com todos os órgãos gestores. O Sr. André Marques (AGEVAP)
39 informou que o PAP anterior previa recursos para essa ação. A Sra. Maria Aparecida Vargas (ENERGISA)
40 disse que o CEIVAP não tem nenhum monitoramento e gerenciamento para saber o que está acontecendo na
41 Bacia. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) ressaltou que o CEIVAP não tem responsabilidade, competência técnica e
42 legal para assumir esse problema. A Sra. Maria Aparecida Vargas (ENERGISA) disse que se essas estações não
43 forem modernizadas, não se chegará a lugar nenhum. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu que a melhor forma
44 de utilizar o recurso considerando a competência do CEIVAP e o interesse em ter mais águas é de fazer reuniões
45 com os órgãos gestores para alinhar o encaminhamento dos conjuntos de ações. A Sra. Maria Aparecida Vargas
46 (ENERGISA) disse que tem representantes do IGAM e do INEA presentes na reunião e é importante que eles
47 também se posicionem sobre o assunto, pois não é possível que se volte o processo todo só porque a CETESB
48 se recusou a ir à última reunião. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) perguntou ao Sr. Eduardo Araújo (IGAM) se ele
49 tem condições de falar hoje pelo IGAM se esses pontos estão adequados e se o IGAM irá assumir essas estações
50 que precisam ser feitas. O Sr. André Marques pediu para que fosse projetada a tabela com os pontos de
51 monitoramento definidos pela revisão do Plano de Bacia. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que esse
52 monitoramento está atrelado ao licenciamento e às exigências que eles têm para licenciamentos e outorga;
53 porém, ao que ela está se referindo é sobre pontos da ANA, IGAM e dos órgãos gestores que tem medição de
54 qualidade, esses pontos vão continuar sendo operados depois desse 1 ano.. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM)
55 afirmou que o IGAM tem interesse e já consultou a gerência de monitoramento e destacou que dos 4 pontos
56 visitados, 2 pontos já são usados para monitoramento de água. O IGAM não sabe o que será instalado ainda,
57 pois isso estará no edital e precisa ser analisado, mas o IGAM não assumirá algo que não terá condições de
58 fazer, mas até agora a manifestação é favorável a assumir tudo. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) destacou que a
59 CETESB tem restrições, pois, segundo ela, rio é de domínio da União e a responsável é a ANA que possui
60 recursos para isso. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que, no caso do IGAM, tem todo interesse, mas no
61 domínio estadual. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) perguntou se o monitoramento é obrigatório
62 por lei para os órgãos gestores, caso seja obrigatório, acredita que o papel do CEIVAP é cobrar os órgãos
63 gestores para que eles cumpram a lei. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) respondeu que é obrigatório. O Sr. Eduardo

64 Araújo (IGAM) disse que é de interesse do CEIVAP participar, pois esses instrumentos nos interessam, mas
65 quem irá fazer a contratação final serão os órgãos gestores. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que não está
66 querendo desestimular ações de monitoramento, mas o problema é como será feito. O Sr. André Marques
67 (AGEVAP) ressaltou que precisa da decisão da CTC para que o problema seja resolvido. O Sr. João Emídio
68 (IAVARP) questionou em que situação está o esforço para compatibilizar os dados do sistema. O Sr. André
69 Marques (AGEVAP) disse que está, no momento, em licitação do processo e a Sra. Zeila Piotto (CIESP) está
70 sugerindo parar a licitação e conversar com o órgão gestor. O Sr. Samuel Muylaert (INEA) disse que esse
71 processo já vem acontecendo há algum tempo e interrompê-lo nessa altura só porque um representante não se
72 posicionou anteriormente não é a melhor solução. O INEA acredita que a AGEVAP tem maturidade para
73 concluí-lo. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) disse que não está falando de parar o processo, mas de rever e
74 consolidar o edital. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) disse que os órgãos gestores precisam ter
75 uma deliberação normativa, para igualar todo o tipo de equipamento. O Sr. André Marques (AGEVAP)
76 destacou que o edital pode ser prorrogado em 60 dias para discutir com os órgãos gestores e, caso eles mudem o
77 edital, terá que ser cancelado para ser publicado um novo. A Sra. Maria Aparecida Vargas (ENERGISA) disse
78 que CTC tem que deixar a AGEVAP trabalhar. O Sr. Luiz Barretti (SABESP) disse que atualmente vivemos em
79 um cenário diferente, a própria CETESB quer participar do processo mas não acredita que irá retroceder, e sim
80 incorporar algum ajuste. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) informou que será monitorado o que é entregue no
81 estado de Minas Gerais. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) disse que a AGEVAP tem um papel
82 importante de elaborar o papel executivo, mas o processo de discussão é do CEIVAP. A Sra. Tereza Brazil
83 (EEL-USP) destacou que o mais importante é a questão se os órgãos gestores vão usar as metodologias
84 compatíveis e trabalhar de forma integrada. O Sr. Sérgio Ferreira (SABESP) disse que é pertinente ter no edital
85 as características dos equipamentos para ganhar tempo, pois 60 dias será um tempo corrido. O Sr. Deivid
86 Oliveira (FIEMG) sugeriu que quando ocorrer a reunião com os órgãos gestores, a própria AGEVAP possa
87 consolidar o monitoramento e apresentar a situação, também ressaltou a importância da CTC em deixar que as
88 coisas aconteçam sem ficar parando o processo. O Sr. Elias Adriano (ADCM Queluz) concordou com o Sr.
89 Deivid e ressaltou que a parte técnica tem que ser executada por quem tem competência técnica. O Sr. João
90 Emídio (IAVARP) disse que é importante haver uma visão integrada do sistema, tem se avançado muito mas
91 tem que existir uma visão sistêmica, estratégica e finalística. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) perguntou se o
92 CEIVAP quer continuar com o ônus da operação do sistema sabendo que ANA tem recurso para isso. A Sra.
93 Aparecida Vargas (ENERGISA) reforçou que esses pontos são de interesse do CEIVAP. O Sr. Luiz Barretti
94 (SABESP) disse que como não é obrigação legal do CEIVAP, então é importante buscar parcerias de quem tem
95 essa obrigação. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) sugeriu inserir um artigo na deliberação que no que determine a
96 necessidade de participação dos órgãos gestores envolvidos. **ENCAMINHAMENTOS** - A CTC entrou em
97 consenso para que o edital seja prorrogado por 60 dias. **ENCAMINHAMENTOS** - A delegatária deverá
98 realizar novo alinhamento com a ANA/DF, IGAM/MG, INEA/RJ, CETESB/SP e DAAE/SP, órgãos gestores da
99 Bacia do Rio Paraíba do Sul, em relação ao Ato Convocatório nº 21/2016 – MONITORAR CEIVAP. Caso seja
100 necessário, serão realizadas as devidas adequações. Deverá ser inserido na Deliberação – Que os custos de
101 implantação do Programa “MONITORAR CEIVAP” e sua manutenção de 2017 a 2020 estão previstos no PAP.
102 Deverá ser inserido na Deliberação – No período de 18 (dezoito) meses, a AGEVAP deverá estabelecer um
103 documento (Convênio, Acordo de Cooperação Técnica, e/ou outro), contendo do programa e ações que deverão
104 ser realizadas em conjunto. **ITEM 3: Apresentação do prognóstico – Revisão do Plano de Recursos Hídricos**
105 **da Bacia do Rio Paraíba do Sul** – A Sra. Juliana Fernandes (AGEVAP) deu início a esse item de pauta
106 dizendo que serão feitas apresentações à aprovação do prognóstico da revisão do Plano de Bacia do rio Paraíba
107 do Sul; até o momento já temos a aprovação do diagnóstico. A empresa COHIDRO fará uma apresentação sobre
108 o prognóstico focada em quantidade e não qualidade, lembrando que esse contrato se encerra em dezembro
109 desse ano com a finalização da etapa de prognóstico; as demais etapas não serão realizadas por essa empresa.
110 Hoje será apresentado o documento prévio com as considerações feitas pelo Grupo de Acompanhamento do
111 Plano de Bacia e então ficou combinado que após a apresentação do documento nesta reunião, a CTC e o Grupo
112 de Acompanhamento terão um prazo de uma semana para fazer as considerações e devolver para a COHIDRO
113 fazer as adequações. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) destacou que a questão de qualidade ficará em um segundo
114 momento, então hoje a análise é sobre quantidade. O Sr. João Gomes (CBH-BPSI) solicitou que a COHIDRO
115 disponibilize o acervo pesquisado. O Sr. André Marques (AGEVAP) ressaltou a importância de fazer um
116 cronograma de discussão do termo de referência. A COHIDRO fez uma apresentação sobre os principais temas
117 abordados no relatório intitulado de Produto B da etapa de Prognóstico. A apresentação foi dividida em três
118 partes e discorrida pelos consultores respectivos a cada assunto pertinente, a saber: Sr. Luiz Paulo Viana -
119 estudo de impactos das mudanças do clima sobre a precipitação na Bacia do Paraíba do Sul; Sr. Celso Ávila -
120 Balanço hídrico quantitativo; e Sr. Rodolpho Ramina - cenários (análise de riscos do balanço hídrico
121 quantitativo). A Sra. Aparecida Vargas (ENERGISA) disse que precisa de reservatórios de água em Minas
122 Gerais ou na região hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul, pois o estado de Minas Gerais não pode se
123 desenvolver porque tem que destinar sua água para abastecer a região de Campos dos Goytacazes/RJ, essa é
124 uma preocupação que precisa ser pensada no futuro. Sobre as apresentações o Sr. Samuel Muylaert (INEA)
125 disse que na primeira apresentação entendeu o que foi falado, mas achou que as informações tinham que ter uma
126 linguagem para que todos entendessem e a conclusão acabou sendo muito superficial tanto em estatísticas

127 quanto em climatologia. A Sra. Zeila Piotto (CIESP) achou as apresentações ótimas, mas sugeriu que possa ser
128 complementado em nível de desdobramentos da aplicação do Plano de Bacia. O Sr. Samuel Muylaert (INEA)
129 disse que quase 90% do que foi apresentado hoje é mais diagnóstico que prognóstico, também não foi
130 apresentado como as coisas irão evoluir. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca) parabenizou a
131 apresentação e acha que agora o grupo tem uma ferramenta que possibilita enxergar o cenário de uma maneira
132 que possam ser tomadas decisões em relação à cobrança e de outras medidas. O Sr. João Gomes (CBH-BPSI)
133 disse que a apresentação foi esclarecedora e ressaltou a importância dessa ferramenta para a Bacia. A Sra.
134 Tereza Brazil (EEL-USP) parabenizou a apresentação e disse que o balanço hídrico para quem trabalha com
135 qualidade de água é fundamental, tanto para a gestão quanto para o corpo acadêmico. A Sra. Vera Lúcia
136 Teixeira (ONG Nosso Vale! Nossa Vida!) ressaltou a importância dos dados apresentados para a Bacia do rio
137 Paraíba do Sul que possui regiões muito críticas, como exemplo: Tócos. O Sr. Luiz Barretti (SABESP)
138 informou que existe um estudo que diz que a cada 11 anos acontece uma crise hídrica, nesse momento estamos
139 saindo de uma crise e perguntou se foi feito um cenário para uma crise hídrica que possa acontecer nos
140 próximos 10 anos. O Sr. Rodolpho Ramina respondeu dizendo que não se sabe o que irá acontecer e com que
141 intensidade, mas a forma que se trata é com a gestão do que será feito caso aconteça. A Sra. Zeila Piotto
142 (CIESP) destacou o prognóstico de alguma forma tem que reverter em orientação para a gestão do Comitê.
143 Ressaltou sua preocupação com a questão da dominialidade, então é necessário fazer recomendações específicas
144 de gestão trabalhando no binômio oferta/demanda de forma mais assertiva, qual o cenário desejável para
145 minimizar esses riscos de curto prazo enquanto não tem grandes intervenções na Bacia e finalizou
146 parabenizando a apresentação **ENCAMINHAMENTOS A versão revisada referente ao Prognóstico do Plano**
147 **de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul será entregue ao Grupo de Acompanhamento do Plano**
148 **em 16/11/2016. ENCAMINHAMENTOS A AGEVAP encaminhará o Produto B, que se refere à parte**
149 **quantitativa do Prognóstico do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul aos membros da**
150 **CTC em 26/10/2016.** Em relação a macrófitas, este tema foi retomado, tendo em vista a ponderações já feitas
151 na Câmara em relação a urgência de remoção, falta de informações sobre taxas de crescimento e efetiva
152 demanda de equipamentos, foi consenso que o serviço seja contratado, conforme havia sido proposto na reunião
153 anterior. Em paralelo, foi proposta a retomada do GT – macrófitas para auxiliar a definição das ações futuras.
154 Além disso, a AGEVAP deverá verificar junto a ANA se ela, enquanto entidade delegatária, poderá se tomadora
155 de recursos para aquisição de equipamentos. **ENCAMINHAMENTOS - Deverá ser inserido na Deliberação a**
156 **destinação de R\$ 5.000.000,00(cinco milhões de reais) para a contratação da remoção emergencial de**
157 **macrófitas. Estes valores devem ser realocados de verbas existentes. Para a continuidade das ações,**
158 **recomenda destinar R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).O GT Macrófitas deverá ser retomado e atuar de**
159 **forma articulada junto a AGEVAP na definição de ações prioritárias e forma de aplicação dos recursos**
160 **previstos. ITEM 4: Assuntos Gerais -** A próxima reunião da Câmara Técnica foi marcada para o dia 1 de
161 dezembro. Seminário Brasil x França de Recursos Hídricos em 29/11/16 e plenária do CEIVAP em 02/12/16.
162 **ITEM 5: Encerramento -** Não havendo mais nada a tratar, a Coordenadora deu por encerrada a 3ª Reunião
163 Extraordinária da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata
164 foi lavrada por mim, Gabriela Andrade, Secretária *ad hoc*, e, depois de aprovada, foi assinada pela
165 Coordenadora da CTC, Sr. Zeila Piotto, que presidiu a reunião.

166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181

Resende, 17 de outubro de 2016.

Zeila Piotto
Coordenadora da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP